

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012 - Condensado

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Grendene S.A. apresenta-lhes, a seguir, em conformidade com as disposições estatutárias, a apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, findas de 31 de dezembro de 2012, de forma condensada. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, "completas" estão publicadas na íntegra nos jornais: O Povo (CE) e no Diário Oficial do Estado do Ceará, edição de 05 de março de 2013 e estão disponíveis no nosso site <http://ri.grendene.com.br>, no site da CVM <http://www.cvm.gov.br> e da BM&FBOVESPA <http://www.bmfbovespa.com.br>.

1. Receita Bruta de Vendas

A elevação da receita bruta em 2012, relativamente a 2011 aumentou a taxa média composta de crescimento (CAGR) dos últimos anos para 10,6% a.a. (2008-2012) contra 6,1% a.a. no período 2007-2011.

RS milhões	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Receita bruta de vendas	1.576,0	1.819,4	1.998,6	1.846,7	2.359,6	27,8%	10,6%
Mercado interno	1.220,5	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	23,9%	10,9%
Exportação	355,5	355,0	394,8	356,8	514,2	44,1%	9,7%
Exportação em US\$	193,8	177,7	224,3	213,0	263,1	23,5%	7,9%
Milhões de pares	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Volumes	146,4	165,7	169,5	150,1	185,0	23,3%	6,0%
Mercado interno	98,6	117,4	114,9	107,6	139,7	29,9%	9,1%
Exportação	47,8	48,3	54,6	42,5	45,3	6,6%	(1,3%)
RS	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Preço médio	10,76	10,98	11,79	12,30	12,75	3,7%	4,3%
Mercado interno	12,38	12,47	13,97	13,85	13,21	(4,6%)	1,6%
Exportação	7,43	7,35	7,23	8,39	11,34	35,2%	11,1%
Exportação em US\$	4,05	3,68	4,11	5,01	5,80	15,8%	9,4%

Em 2012, mantivemos nossa estratégia de exportação e apesar da crise internacional obtivemos crescimento de 44,1% na receita bruta de exportação em reais e 23,5% em dólares, mantendo nossa política de reposição de preços. Desta forma tivemos um incremento de 15,8% no preço médio em dólares e 35,2% no preço médio em reais, em comparação com igual período de 2011.

Conforme dados da MDIC/SECX/ABIC/ALÇADOS, as exportações brasileiras de calçados em 2012 vs. 2011, diminuíram 15,7% em dólar; 15,9% no preço médio em dólar com aumento de 0,3% no volume de pares vendidos.

A nossa participação nas exportações brasileiras de calçados, quando comparado 2012 vs. 2011, ficou em 40,0% nos volumes de pares e passou de 16,4% para 24,1% na receita de exportação em dólar, mantendo a liderança nas exportações brasileiras de calçados.

2. Receita Líquida de Vendas

RS milhões	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Receita bruta de vendas	1.576,0	1.819,4	1.998,6	1.846,7	2.359,6	27,8%	10,6%
Mercado interno	1.220,5	1.464,4	1.603,8	1.489,9	1.845,4	23,9%	10,9%
Exportação	355,5	355,0	394,8	356,8	514,2	44,1%	9,7%
Deduções das vendas	(326,2)	(363,6)	(394,1)	(364,1)	(477,3)	31,1%	10,7%
Devoluções e impostos s/vendas	(251,4)	(274,1)	(283,6)	(253,7)	(328,6)	29,5%	6,9%
Descontos concedidos a clientes	(74,8)	(89,5)	(110,5)	(110,4)	(148,6)	34,7%	18,7%
Receita líquida de vendas	1.249,9	1.455,8	1.604,5	1.482,6	1.882,3	27,0%	10,8%

3. Ebit e Ebitda

3.1. Ebit

EBIT - earnings before interests and taxes - lucro operacional antes dos efeitos financeiros. A Companhia entende que por possuir uma grande posição de caixa que gera receitas financeiras expressivas o lucro operacional de sua atividade é melhor caracterizado pelo EBIT.

Conciliação do EBIT/EBITDA * (R\$ milhares)	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Lucro líquido do exercício	239.367	272.211	312.399	305.446	429.003	40,5%	15,7%
Part. acionistas não controladores	49	(110)	68	5	888	n.a.	106,3%
Tributos sobre o lucro	10.699	15.707	18.415	34.845	65.399	87,7%	57,2%
Resultado financeiro líquido	(84.238)	(135.624)	(122.469)	(153.003)	(132.477)	(13,4%)	12,0%
EBIT	165.877	152.184	208.413	187.293	362.813	93,7%	21,6%
Depreciação e amortização	25.613	26.307	28.173	28.917	31.725	9,7%	5,5%
EBITDA	191.490	178.491	236.586	216.210	394.538	82,5%	19,8%
Margem EBIT	13,3%	10,5%	13,0%	12,6%	19,3%	6,7 p.p.	6,0 p.p.
Margem EBITDA	15,3%	12,3%	14,7%	14,6%	21,0%	6,4 p.p.	5,7 p.p.

* Demonstração conforme Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

3.2. Ebitda

Nosso negócio é de baixa intensidade de capital sendo a depreciação em torno de 2% da Receita Líquida (1,8% em 2010, 2,0% em 2011 e 1,7% em 2012). Desta forma entendemos que a análise do Ebit faz mais sentido para a gestão operacional da Companhia.

4. Lucro Líquido do Exercício

Em 2012, o nosso lucro líquido foi positivamente afetado pela elevação nos volumes de vendas, e pela melhoria de eficiência sendo negativamente afetado pela vigência de uma taxa média de juros menor que a verificada em 2011, o que, dada a situação de caixa positivo resulta em receitas financeiras menores, todos estes efeitos já explicados anteriormente. **O lucro líquido foi de R\$429,0 milhões**, aumento de 40,5% vs. 2011 (R\$305,4 milhões), 13,5 p.p. maior do que a elevação da receita líquida de 27,0% no mesmo período.

RS milhões	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Lucro líquido do exercício	239,4	272,2	312,4	305,4	429,0	40,5%	15,7%
Margem líquida, %	19,2%	18,7%	19,5%	20,6%	22,8%	2,2 p.p.	3,6 p.p.
RS	2008	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12	CAGR (4 anos)
Lucro líquido do exercício por ação ¹	0,7960	0,9052	1,0388	1,0157	1,4266	40,5%	15,7%

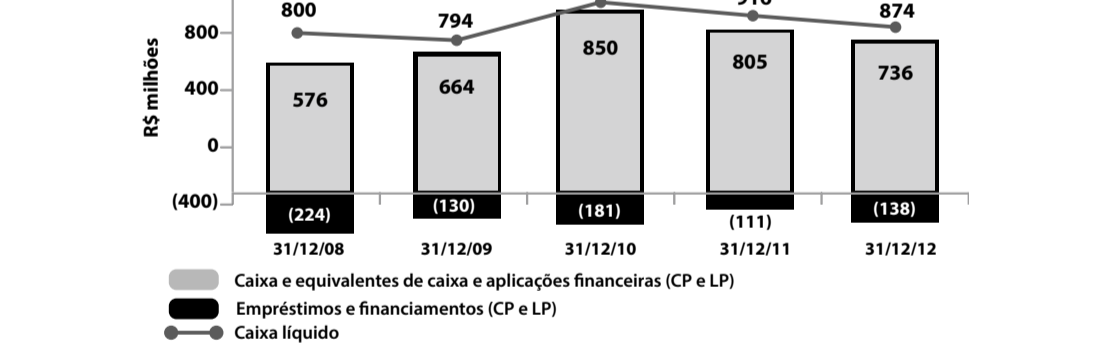
¹ Para fins de comparabilidade o lucro líquido do exercício por ação foi calculado pela mesma quantidade de ações existentes em 31/12/2012 (300.720.000 ações ordinárias).

5. Geração de Caixa e Disponibilidades Líquidas

As disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais em 31/12/2012 totalizaram R\$193,2 milhões, somando os investimentos realizados de R\$21,8 milhões e deduzindo as atividades de financiamentos de R\$262,0 milhões (dividendos pagos R\$275,5 milhões, menos o resultado dos empréstimos de curto e longo prazo R\$14,6 milhões e mais o custo com aquisição de ações em tesouraria de R\$1,1 milhão), resultou na queda do caixa e das aplicações financeiras de R\$47,0 milhões no exercício. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras.

Geramos R\$671,4 milhões de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos últimos 4 anos, confirmando nossa excelente performance operacional.

A distribuição das disponibilidades (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo), empréstimos e financiamentos (CP e LP) e do caixa líquido, podem ser vistas no gráfico a seguir:



6. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas na lei.

A partir de 2011 adotamos nova Política de Dividendos com a aprovação anual pelo Conselho de Administração do percentual do Lucro Líquido a ser distribuído (payout) na forma de dividendos aos acionistas. Nos anos de 2011 e 2012 praticamos o percentual de **aproximadamente 75% do Lucro Líquido do Exercício após a constituição de reservas legais (74,8% em 2011 e 71,1% em 2012)**.

Em 2012, distribuímos valor recorde de dividendos desde a abertura do capital em 2004. Houve um incremento na distribuição dos dividendos de 33,7% (R\$293,5 milhões em 2012 vs. R\$219,5 milhões em 2011). Após a abertura de capital já distribuímos acumuladamente R\$1,3 bilhão em dividendos, o que representa R\$4,146992 por ação. Com base no montante apurado em 31/12/2012 no valor de R\$293.502.720,00, menos as antecipações trimestrais efetuadas no valor de R\$188.250.720,00, a Companhia pagará o saldo de dividendos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício de 2012, no valor de **R\$105.252.000,00** a partir de **24 de abril de 2013**. Farão jus ao recebimento, os acionistas titulares de ações ordinárias (GRND3) inscritos nos registros da Companhia em **11 de abril de 2013 (data do corte)**. Desta forma, as ações da Grendene (GRND3) passarão a ser negociadas **ex-dividendos a partir de 12 de abril de 2013 na BM&FBOVESPA**.

Base para distribuição de dividendos do exercício de 2012		RS
Grendene S.A.		
Lucro líquido do exercício (2012)		429.002.548,01
Plano de opções de ações		(836.353,44)
Incentivos fiscais - controladora (Grendene S.A.)		(100.924.701,72)
Incentivos fiscais - controlada (MHL Calçados Ltda.)		(1.456.776,89)
Apropriação reserva legal		(16.403.892,31)
Base de cálculo dos dividendos		309.380.823,65
Distribuição de dividendos - ver quadro a seguir ¹		(293.502.720,00)
Destinação para reservas de lucros retidos ²		15.878.103,65
Total de dividendos do exercício de 2012		293.502.720,00
Quantidade de ações ordinárias		300.720.000
Dividendo por ação do exercício de 2012		0,976

Dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2012			
Data de aprovação	Data de início de pagamento	Valor R\$	Valor por ação R\$
RCA de 25/04/2012 - 1ª antecipação ¹	16/05/2012	58.941.120,00	0,196
RCA de 26/07/2012 - 2ª antecipação ¹	22/08/2012	42.702.240,00	0,142
RCA de 25/10/2012 - 3ª antecipação ¹	21/11/2012	86.607.360,00	0,288
RCA de 28/02/2013 - saldo de 2012 ¹	24/04/2013	105.252.000,00	0,350
Total		293.502.720,00	0,976

¹ Dividendos serão aprovados "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012.

² Valor retido para realização do plano de opções de compra ou subscrição de ações ("Stock options").

6.1 Política de dividendos

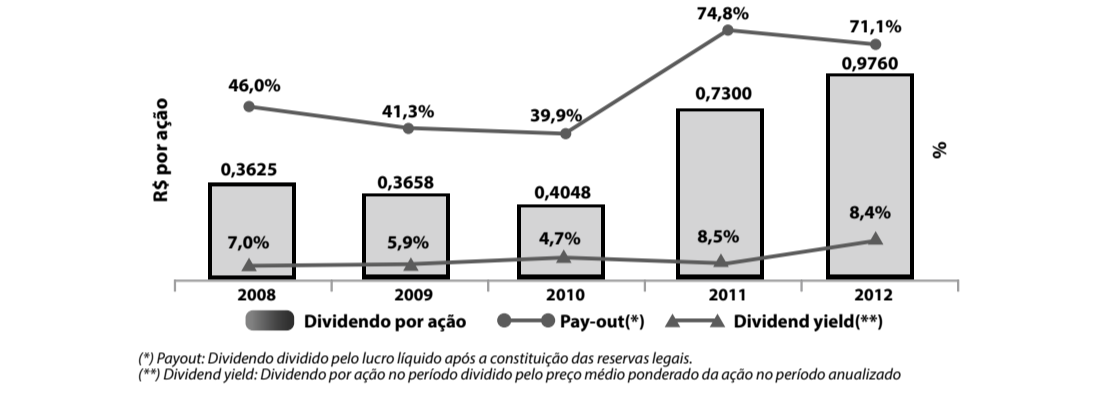
Nossa política de dividendos publicada em Fato Relevante de 24 de fevereiro de 2011 prevê que o percentual de **distribuição total de dividendos (payout) sobre o Lucro líquido do exercício** será analisado anualmente pela administração conforme a necessidade de recursos para investimentos, oportunidades de negócios ou para fazer frente a outros compromissos da Companhia, podendo ser alterado se a Administração da empresa entender conveniente.

Em 2011 e 2012 fixamos o percentual pretendido de **distribuição total de dividendos (payout) em aproximadamente 75% do Lucro Líquido do Exercício** após a constituição de reservas legais.

Tendo em vista que em 2013, teremos investimentos (CAPEX), adicionais ao habitual, no montante aproximado de R\$60 milhões para construção de fábrica nova e R\$22 milhões na parceria com Philippe Starck, resolvemos destinar parte dos resultados a serem gerados em 2013 para financiar estes investimentos. Desta forma, para o exercício social de 2013, o percentual sobre o lucro líquido do exercício após a constituição de reservas legais, que será destinado à distribuição de dividendos, será de aproximadamente 65%. Pelas razões acima e a forte demanda por nossos produtos, que continua neste início de 2013, o que inclusive levou a aprovação de novos investimentos, conforme divulgado em nosso Press Release de resultado de 2012, os dividendos referentes ao exercício de 2013 estimamos serem superiores ao montante distribuído referente ao exercício de 2012.

A administração continuará analisando anualmente o percentual de **distribuição total de dividendos (payout) sobre Lucro Líquido do Exercício** conforme a necessidade de recursos para investimentos, oportunidades de negócios ou para fazer frente a outros compromissos da Companhia, podendo ser alterado se a Administração da empresa entender conveniente.

Adicionalmente, manteremos nossa política de distribuição trimestral dos dividendos.



Para fins de comparabilidade o dividendo por ação foi calculado pela mesma quantidade de ações existentes em 31/12/2012 (300.720.000 ações ordinárias).

7. Considerações Finais e Perspectivas

Em 2012 e início de 2013 tomamos algumas importantes decisões estratégicas. Em junho de 2012 comunicamos em Fato Relevante nosso envolvimento e suporte ao crescimento da rede de franquias Clube Melissa (ex-Jelly) que ao final de 2012 contava com 63 lojas franquizadas. Embora ainda represente um valor pequeno em comparação ao total da Grendene esta iniciativa é fundamental para fortalecer a marca Melissa e garantir seu crescimento nos mercados nacional e internacional. Também faz parte desta estratégia a inauguração da Galeria Melissa Nova York em fevereiro de 2012. Com estas ações estamos construindo um espaço na cabeça das consumidoras (awareness) que fortalece nossa marca.

Há muito tempo percebemos que o design de qualidade com custo acessível é o sonho de consumo da classe média. Nossas marcas e produtos têm se destacado nestes quesitos. Para aprofundar esta estratégia estamos negociando parceria com Philippe Starck conhecido designer internacional para desenvolver produtos e criar uma marca internacional de calçados. Os investimentos previstos para esta iniciativa estão contemplados no valor que a Grendene investe anualmente em publicidade e propaganda, entre 8% e 10% da Receita Líquida. O objetivo é criar uma marca internacional com potencial de receita anual de US100 milhões, em 4 a 5 anos. O diferencial é aliar o design de Philippe Starck, de renome internacional, com a capacidade da Grendene de desenvolver produtos em plástico a partir de um design de vanguarda com custo muito competitivo.

Outra decisão estratégica importante foi a constituição de uma nova Companhia com objetivo de aliar o expertise de Philippe Starck no design de produtos ao da Grendene na implementação e produção em escala industrial de produtos feitos a partir do plástico para vender produtos, móveis e complementos, com design sofisticado e custo acessível para classe média. Este segmento de negócio, segundo nossas estimativas preliminares poderá alcançar uma receita anual de aproximadamente R\$100 milhões em 2 anos. O investimento inicial aprovado é de R\$52 milhões, sendo destes, R\$22 milhões a participação correspondente da Grendene e será gerenciado de forma compartilhada entre Grendene e Philippe Starck.

Estes investimentos são tomados com base em nossa confiança no desenvolvimento do mercado interno e em nossa capacidade de crescer no mercado externo e externo com marcas fortes e produtos de consumo com design diferenciado de alto valor agregado. A adoção desta estratégia tem nos trazido resultados muito bons ao longo dos anos. Os investimentos são pequenos relativamente ao porte da Grendene, mas acreditamos que constituem opção de captura de excepcional valor. A economia, tanto interna quanto externa, não tem correspondido às nossas expectativas, mas os resultados obtidos com nosso modelo de negócios têm se mostrado robustos.

O governo brasileiro tem demonstrado preocupação com este cenário, tomando medidas no lado fiscal para impedir o descontrole das contas públicas e consequente recrudescimento da inflação e adotado medidas de desoneração tributária das indústrias mais afetadas. A redução dos juros permite ao consumidor equacionar suas dívidas, sobrando mais renda para outros gastos.

Não obstante a situação macroeconômica global que afeta de uma ou de outra forma os mercados no Brasil a Grendene demonstrou que está bem preparada para qualquer cenário econômico. As crises passam, mas a Grendene continua produzindo resultados há 41 anos e manifesta a sua segurança com novos investimentos. Em 2012 ampliamos os ganhos de eficiência em nossos processos produtivos e mostramos que podemos elevar nossa margem bruta mesmo com a economia crescendo pouco. Em 2013 vamos aprofundar estes ganhos principalmente em nossos processos comerciais e de marketing nos aproximando mais dos clientes finais, entendendo mais profundamente as suas demandas e ofertando produtos ainda mais adequados aos seus desejos.

No mercado externo nossa estratégia de fugir da exportação de "commodities" vem dando certo. Estamos crescendo com boas margens e devemos continuar em 2013. No mercado interno o desejo dos consumidores por nossos produtos não diminuiu e temos confiança que nossos produtos não vão decepcioná-los.

Em função disso, comprovado pela forte demanda neste início de ano, decidimos retomar o projeto de ampliação da capacidade instalada. O ganho de competitividade vem acompanhado do ganho de *market share* o que aliado a um consumo em recuperação nos permite antecipar continuidade no crescimento. A forte demanda por nossos produtos apresentada em 2012 continua neste início de 2013 exigindo que operemos a plena capacidade no primeiro semestre, que, conforme sabido, não é o período de maior consumo do ano.

Desta forma, antecipamos que será necessária capacidade adicional para atender a demanda esperada no segundo semestre, período tradicional de maior demanda do ano. A nova fábrica será construída em nosso site no município de Sobral, Ceará e deverá agregar uma capacidade instalada adicional de aproximadamente 40 milhões de pares/ano. Estimamos que este investimento, incluindo pavilhão industrial, instalações, máquinas e equipamentos, será de aproximadamente R\$60 milhões e estará totalmente operacional no segundo semestre de 2013, em condições de atender a demanda esperada para o final do ano e, que, quando operando a plena capacidade, irá gerar cerca de 4.500 empregos diretos.

Devemos reforçar a execução de nossa estratégia em 2013 com especial atenção ao crescimento de *market share*, melhorando nossa comunicação com o mercado, entendendo as necessidades dos canais de distribuição, inovando em produtos, reforçando nossas marcas com marketing agressivo através de múltiplas mídias e buscando à excelência na operação através das melhorias contínuas. O objetivo é reforçar nosso relacionamento com os clientes e atender de uma forma cada vez mais focada às suas necessidades. Entendemos que a remuneração dos acionistas depende disto. Mais uma vez muito obrigado a todos, colaboradores, investidores, fornecedores, clientes e comunidade em geral, pela renovada manifestação de confiança.

Ativo	BALANÇO PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.125	51.128	14.489	61.518
Aplicações financeiras	-	341.618	-	341.618
Títulos disponíveis para venda	183.989	2.811	183.989	2.811
Títulos ao valor justo através do resultado	281.043	339.963	281.043	339.963
Títulos mantidos até o vencimento	705.661	639.365	806.149	624.586
Contas a receber de clientes	156.898			

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Participação direta (2012 e 2011)	
País	%
Grendene Argentina S.A.	Argentina 95%
MHL Calçados Ltda.	Brasil 99,998%
Grendene USA, Inc.	USA 100%

Características principais das entidades incluídas na consolidação:
 • Grendene Argentina S.A.: empresa sediada na Argentina, suas atividades concentram-se na comercialização e abastecimento do mercado argentino.
 • MHL Calçados Ltda.: empresa sediada no estado da Bahia, suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização de calçados.
 • Grendene USA, Inc.: empresa sediada nos Estados Unidos, atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano. Não há investimentos em coligadas ou joint ventures, em 31 de dezembro de 2012 e 2011.
 Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:
 • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
 • Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
 • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras
 A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.
 As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominados nas moedas US Dólar e Peso Argentino são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

c.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:
a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda: ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1.a., c.1.b. e c.1.c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
 Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 18.a.

c.5) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo através do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.
c.6) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge
 A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção "Hedge", esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção "hedge accounting".
 Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 18.b.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretos atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.
f) Contas a receber de clientes
 Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Foram constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, desconhecido de que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.
 A provisão para descontos por pontualidade é constituída no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas.
 Informações referentes à abertura de contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 7. g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.
 As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bons, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foi constituída provisão em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

h) Investimentos
 Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.
i) Imobilizado
 Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.
 Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com o ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
 Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, de acordo com a Deliberação CVM nº 639 que aprovou o CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor contábil do ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não identificou nenhum item que requiera provisão para ajuste de realização.

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não identificou nenhum item que requiera provisão para ajuste de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação

l.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

l.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Assim como o lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

m) Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 13). As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido. Os valores provenientes de incentivos estaduais poderão ter destinação diversa conforme previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

n) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações (outorga de opções de compra de ações), em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício, conforme demonstrado na Nota 20.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído por ação é demonstrado na Nota 15.g.

o) Informações por segmento

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo, como divulgado na Nota 24.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Áreas que requerem maior nível de julgamento e que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

r) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

t) Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As movimentações relativas a aplicações financeiras são apresentadas nas atividades de investimentos. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09.

u) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

5. Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Perda por Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.
Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.
Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; provisão para desconto pontualidade; a provisão para perdas no estoque; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

6. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Empresas controladas	52.903	32.450	-	-
Lucros não realizados em controladas	(2.664)	(2.979)	-	-
Outros investimentos	877	1.670	877	1.670
	51.116	31.141	877	1.670

b) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldos no início do exercício	31.141	31.573	1.670	877
Adições	4.267	-	-	-
Aumento de capital de controlada	(820)	-	(820)	-
Baixa	16.382	(1.414)	-	-
Equivalência patrimonial	326	1.698	-	-
Ajustes ganho/perda da conversão da moeda	-	(1.509)	-	-
Reversão dos lucros não realizados nos estoques	-	(1.509)	-	-
Saldos no final do exercício	51.116	31.141	877	1.670

	Grendene Argentina S.A. (*)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo circulante	112.796	57.732	14.358	19.591	16.937	15.474
Ativo não circulante	2.188	159	1.980	2.254	6.867	5.508
Total do ativo	114.984	57.891	16.338	21.845	23.804	20.982
Passivo circulante	90.395	50.131	2.516	10.508	8.082	7.241
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	90.395	50.131	2.516	10.508	8.082	7.241
Patrimônio líquido das controladas	24.589	7.760	13.822	11.337	15.722	13.741
Percentual de participação	95%	95%	99,998%	99,998%	100%	100%

	Grendene Argentina S.A. (*)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Participação no patrimônio líquido (investimento)	23.359	7.372	13.822	11.337	15.722	13.741
Receitas	155.488	66.707	30.513	27.216	19.544	11.426
Custos e despesas	(137.720)	(66.605)	(28.208)	(26.413)	(22.841)	(12.270)
Lucro/prejuízo líquido do exercício das controladas	17.768	102	2.485	803	(3.297)	(844)
Percentual de participação	95%	95%	99,998%			